

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 07-05-2026

Ata nº 9

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Ana Patrícia de Castro Xavier	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 30-04-2026

Operações Orçamentais	695 396,04€
Operações de Tesouraria	610 406,59€

Início da reunião:14.30 horas

**Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.**



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos e dar as boas-vindas a todos os senhores Vereadores, à senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, aos técnicos e ao público, quer o presente na sala, quer aquele que se encontrava a acompanhar a reunião através da transmissão *online*.

Sendo uma reunião pública, informou que a ordem de trabalhos era composta por três pontos, correspondendo o primeiro ao período de antes da ordem do dia, onde podem ser apresentados e discutidos vários assuntos do interesse para o Município, o segundo ao período da ordem do dia, onde são votados os assuntos elencados na ordem de trabalhos, e, por fim, o terceiro e último momento, correspondente ao período de intervenção do público.

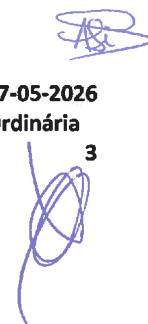
## I – Período de Antes da Ordem do Dia:

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o propósito de deixar algumas notas, perguntando se algum dos senhores Vereadores se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Nesse seguimento inscreveram-se o senhor Vereador José Adriano Esteves Lima e a senhora Vereadora Fátima Pereira.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por informar as atividades do Executivo em funções desde a última reunião camarária.

Começou, por conseguinte, por abordar a realização, em 23 de abril de 2026, da Assembleia Intermunicipal, no Salão Nobre do Município, com a participação de todos os deputados municipais dos dez concelhos do distrito de Viana do Castelo, destacando ser a primeira reunião descentralizada do Órgão no concelho e a visibilidade que a Melgaço confere.

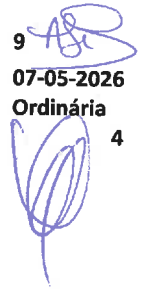


Passou, de seguida, a lembrar a reunião extraordinária da CIM do Alto Minho, realizada nesse mesmo dia 23 de abril de 2026, também em Melgaço, realçando que esta foi a segunda reunião desta entidade realizada no concelho no espaço temporal de cerca de um mês, o que, na sua opinião, é visto como uma demonstração da confiança e do reconhecimento do Município de Melgaço por parte dos seus parceiros.

Aludiu, posteriormente, à participação do Executivo e de alguns técnicos do Município numa reunião com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que teve lugar no Porto, no dia 23 de abril de 2026, dando nota de que o objetivo principal dessa reunião foi tratar de assuntos relacionados com a Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, em Penso, tendo-se focado em três pontos críticos: em primeiro lugar a validação e reembolso de pagamentos, no sentido de se resolverem pendências relacionadas com pagamentos de faturas e a devolução de valores de IVA da empreitada; em segundo lugar o prazo de execução, tendo-se discutido que o prazo de término está condicionado pela aquisição de equipamentos para autoconsumo, cuja encomenda depende da definição prévia dos termos de injeção na rede pela BrightCity; e em terceiro e último lugar a revisão de preços, no âmbito da qual se abordou um dos maiores problemas da empreitada, respeitante a uma revisão de preços de cerca de dois milhões de euros, para a qual não havia previsão orçamental e para a qual o Município terá de encontrar financiamento, por resultar de um imperativo legal e do prolongado cronograma de execução da obra.

Seguidamente focou a participação do Executivo na reunião da ADERE, em Ponte da Barca, no dia 29 de abril de 2026, com a presença dos cinco Municípios que integram o Parque Nacional da Peneda-Gerês (Melgaço, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Terras de Bouro e Montalegre). Sobre esta reunião transmitiu que o Município de Melgaço apresentou os seus projetos prioritários, para os quais existem fontes de financiamento previstas, e que estão atualmente em avaliação. Comunicou, a este respeito, que o projeto principal e à cabeça é o da requalificação do parque de campismo e de caravanismo de Lamas de Mouro, que configura um projeto há muito necessário e desejado e que se ambiciona poder executar no curto prazo. Referiu que fornecerá mais detalhes sobre os projetos após a conclusão do processo de avaliação.

Abordou, depois, a presença do Executivo, no dia 29 de abril de 2026, no Auditório das Piscinas Municipais, na comemoração do Dia Europeu da Solidariedade e da Cooperação entre Gerações. A este propósito referiu que esta iniciativa foi organizada pela Santa Casa da Misericórdia de Melgaço e contou com cerca de 70 participantes, representantes das mais diversas áreas. Transmitiu que a sessão foi muito participada e abordou problemáticas transversais ao território, como a saúde, o envelhecimento populacional e a inversão da pirâmide etária.



Deu destaque, posteriormente, à realização de uma reunião do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Rio Minho, no dia 4 de maio de 2026, em Melgaço, onde participaram os Alcaldes de As Neves, Arbo, Crecente e A Caniza, assim como os técnicos do AECT e a empresa consultora, para definir as áreas de intervenção da futura Eurocidade. Referiu que o processo está atualmente dependente da conclusão, por parte do município de Arbo, das alterações textuais solicitadas pelo Governo Espanhol, um passo que Melgaço já concluiu há vários meses.

No prosseguimento dos trabalhos, o senhor Presidente da Câmara fez uma análise de como correu a edição de 2026 da Festa do Alvarinho e do Fumeiro (FAF), que, tendo sido completamente reconstruída e deslocalizada, apresentou alterações que incluíram um novo local, um único pavilhão, um novo *layout* para os expositores e a integração das associações e instituições no interior da tenda que albergou o evento. Comunicou que a deslocalização deste evento foi, inclusive, elogiada pelo IPDT, no âmbito da certificação de Melgaço como destino turístico sustentável, por ter permitido descongestionar o núcleo urbano da Vila. Refutou as críticas sobre a perda de dinâmicas no centro da vila, referenciando, neste sentido, que observou esplanadas e cafés cheios, e restaurantes a servir clientes até de madrugada. Disse que lhe foi reportado que restaurantes houve, em Penso, no Peso, Paderne e Castro Laboreiro, que serviram centenas de refeições e que o alojamento estava esgotado, sugerindo que caso tivessem existido comerciantes que não conseguiram alcançar tão bons resultados seria porventura importante que revissem as suas próprias dinâmicas empresariais. Referiu que o evento contou com a maior representação institucional de sempre, incluindo o Primeiro-Ministro, o Ministro da Agricultura e o Secretário de Estado do Ambiente, entre cerca de noventa individualidades. Disse que se atingiu um recorde de participantes e de faturação. Como exemplos de sucesso, apontou o facto de um dos restaurantes participantes ter duplicado a sua faturação no dia da abertura, sexta-feira, em comparação com a edição anterior em que havia participado, bem como o facto de, no espaço da Delta Cafés, gerido pelo Clube de Veículos Antigos, se terem vendido mais de 4.500 cafés e 500 águas até ao início da tarde de domingo, e, por fim, o facto de um produtor de fumeiro ter desfeito e vendido, só na sexta-feira, dezassete presuntos. Reconheceu que naquilo que possa ter corrido menos bem o Executivo fará o devido diagnóstico, em ordem a introduzir as correções necessárias para futuras edições, afirmando, todavia, que esta edição foi "sumamente elogiada". Informou que o Município planeia realizar uma avaliação do evento com os produtores, os expositores e outros agentes. Relativamente à ausência dos carrinhos de choque do certame, explicou que a mesma se ficou a dever ao facto de a empresa se ter recusado a aceitar a localização proposta pelo Município. Informou que aquela empresa exigiu, inicialmente, instalar-se no parque de estacionamento em frente ao pavilhão polidesportivo, uma área essencial para o estacionamento, em particular para pessoas com mobilidade reduzida, razão pela qual o Município não aceitou a instalação nesse local, tendo-lhe proposto um espaço verde alternativo junto às piscinas descobertas, devidamente preparado também com baixada elétrica, opção que a

empresa rejeitou, exigindo, numa segunda abordagem, uma localização em frente ao pavilhão principal, o que implicaria o abate de árvores e criaria um conflito de ruído com a programação cultural e musical do evento dentro da tenda, não tendo o Município, por conseguinte, acedido a esta exigência. Informou que ele próprio havia estabelecido contactos telefónicos com o empresário, a quem reiterou que a localização por aquele pretendida para a instalação dos carrinhos de choque era, pelas razões expostas, "impensável".

Passando para um outro assunto, abordou, desta feita, a realização de uma reunião do Conselho Consultivo do projeto "Melgaço Mais Sustentável", no dia 6 de maio de 2026, também em Melgaço. Sobre este assunto afirmou que o processo de certificação, iniciado em 2021, visa alcançar, neste ano, o "selo de ouro". Referenciou que o projeto envolve várias equipas, uma das quais a dos colaboradores internos, outra a da "Green Team", para delinear os planos de ação, e a terceira a do Conselho Consultivo, com mais de vinte entidades intervenientes. Referiu que esta reunião teve uma participação muito elevada, com mais de 70% dos presentes a intervir ativamente e a apresentar contributos, durante as mais de duas horas e meia de duração da reunião, e que no leque dos participantes estiveram presentes representantes de escolas, da AECT, do ICNF, agentes do setor dos vinhos, do turismo, do comércio, da CIM Alto Minho, dos Bombeiros e das Juntas de Freguesia.

De seguida reportou-se à comemoração dos 55 anos do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), que teria lugar no dia seguinte, 8 de maio de 2026, em Castro Laboreiro. Disse que o programa inicial, desenhado para ocorrer no exterior, junto à escultura das "Castrejinhas", teria de ser alterado devido à previsão de chuva, passando a ser "realojado" no Núcleo Museológico de Castro Laboreiro, por ter melhores condições que o Centro Cívico, apesar deste último ser, em termos de espaço, maior. Comunicou que o evento é aberto a toda a comunidade e visitantes e que o programa inclui sessões de boas-vindas, intervenções de várias entidades (Presidente da CCDR-N, Diretor Regional do ICNF, Professor Adolfo Mesquita), um *coffee break*, corte do bolo de aniversário, a visita ao castelo e ao núcleo museológico, um percurso guiado pelo centro histórico e um almoço em Castro Laboreiro.

Como outra nota, e a fim de explicar aos Melgacenses o porquê de determinadas decisões que o Executivo em funções se vê obrigado a tomar, apontou uma dívida antiga do Município para com a empresa "Águas do Norte, S.A.", datada de 2006, relacionada com a elaboração de projetos, na área do saneamento, para candidaturas a fundos comunitários, que não foram aprovados (o denominado "Protocolo de Espinho"). Transmitiu que a empresa "Águas do Norte" ameaçou recorrer a tribunal antes que a dívida prescrevesse, uma vez que se estava prestes a completar os 20 anos. Informou, a este propósito, que a dívida inicial era de 330.000 Euros (cerca de 141.000 Euros de capital + cerca de 190.000 Euros de juros) e transmitiu que foi negociado um acordo com esta empresa, que resultou num perdão de juros de mais de 140.000 Euros. Elucidou

que a dívida final a pagar seria, neste particular, de 189.000 Euros, e que o seu pagamento será feito em prestações, no prazo de três anos. Referiu que a negociação incluiu a consideração da prescrição dos juros com mais de 5 anos e a aplicação, com relação aos últimos 5 anos, da taxa de juro das dívidas ao Estado, taxa mais baixa comparativamente com a dos juros de dívidas comerciais.

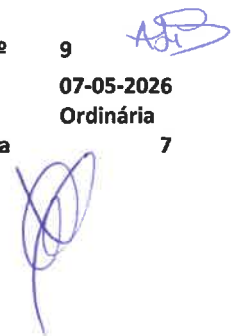
Ainda no âmbito destas dívidas, disse que foi identificada uma segunda dívida à empresa “Águas do Norte, S.A.”, referente a faturas não pagas de fornecimento de água e saneamento, tendo destacado que esta dívida inclui faturas vencidas de 30 de junho de 2015, bem como várias faturas dos anos de 2023, 2024 e 2025. Comunicou que o valor negociado desta dívida é de 718.000 Euros, montante global composto por capital, no valor de 547.000 Euros, juros já vencidos, no valor de 94.000 Euros, e juros vincendos, no montante de 77.000 Euros. Informou que esta dívida de 718.000 Euros será paga num plano de 36 prestações mensais (3 anos).

Concluiu que a dívida total acumulada, encontrada pelo atual Executivo do Município, apenas para com a empresa “Águas do Norte, S.A.”, é de quase um milhão de euros (189.000 Euros + 718.000 Euros), referenciando que a responsabilidade pelo pagamento destes fornecimentos foi herdada dos executivos anteriores.

Por fim, e respondendo a uma questão anteriormente posta pela senhora Vereadora Fátima Pereira, que repetidamente tinha afirmado, incluindo em reunião da Câmara, que não acreditava que na edição deste ano da Festa do Alvarinho e do Fumeiro se não fosse gastar mais dinheiro do que na edição anterior, o senhor Presidente da Câmara apresentou os custos da edição FAF 2026. Reportou como custo da FAF em 2025 408.597,53 Euros, dando nota de que o custo com a edição de 2026 foi de 371.766,00 Euros, incluindo obras estruturais de movimentação de terras, com tanto demonstrando ter sido cumprido, tal como anteriormente havia prometido, o compromisso de não se aumentarem, na edição do corrente ano, comparativamente com a edição anterior, os custos deste certame.

Finda a sua intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que, no uso dela, começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, a senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, os técnicos do Município presentes, o público na sala e o que se encontrava a assistir à transmissão *online* da reunião.

Passou, de seguida, a esclarecer, relativamente à reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, que, ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara Municipal havia dito, a reunião de 23/04/2026 não fora a primeira a ser realizada em Melgaço, uma vez que já havia ocorrido uma anteriormente no concelho, na qual ela própria havia participado, recordando,



inclusive, que os deputados haviam sido convidados a visitar a Torre de Menagem para assistir a um filme sobre o património local, ao que o senhor Presidente da Câmara lhe respondeu que a reunião, descentralizada, a que aludira, fora, de facto, a primeira do mandato em curso.

Sobre a comparação dos custos da FAF de 2025 e de 2026, feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, argumentou que não é possível comparar os custos da edição atual com o custo das edições anteriores sem considerar a diferença na programação musical, citando, como exemplo, a contratação de artistas de maior renome como Pedro Abrunhosa em contraste com "As Laurindas". Afirmou que a ausência de um nome de grande projeção ("cabeça de cartaz") foi notada por alguns participantes, que sentiram que isso era necessário para atrair mais público. Referiu que a despesa adicional em edições anteriores estaria possivelmente alocada a essa oferta musical de maior calibre, que contribuiu para atrair um grande número de pessoas a Melgaço. Relembrou que o número de 60.000 visitantes, de que se fala na edição atual, já havia sido alcançado em 2018 e em 2023, reforçando a ideia de que a festa está consolidada. Reconheceu o benefício da visita do senhor Primeiro-Ministro e do senhor Ministro da Agricultura, em termos de visibilidade mediática para Melgaço, mas manifestou, no entanto, algum desapontamento pelo facto de o discurso do senhor Primeiro-Ministro não ter incluído qualquer compromisso ou abertura relativamente à ligação à autoestrada A3 ou à A28, um projeto considerado vital para as áreas da economia e saúde. Neste âmbito, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se existe alguma nova informação sobre o projeto da "Rotunda do Coca", uma obra de menor dimensão, mas ainda assim importante para a segurança rodoviária, que também não foi mencionada.

Na abordagem de um novo assunto, recordou que, numa reunião anterior (de 24 de fevereiro), foi classificada como urgente a situação na Rua da Barbosa, onde as obras na Rua Professor Armando Cortes, que disse ter visitado, causaram uma inundação na cave de um residente. Observou que, apesar de as obras estarem a decorrer, uma chuva torrencial ocorrida no dia anterior (6 de maio de 2026) causou novamente uma grande enchente de água. Por conseguinte, perguntou quando estaria concluída a parte mais urgente da obra, que consiste na instalação de um tubo de maior dimensão para a drenagem de águas pluviais, de modo a evitar novas inundações.

A esta indagação, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu informando que se visitara as obras em causa certamente havia percebido que estava já em andamento a obra de instalação do novo tubo de escoamento de águas pluviais, sendo uma intervenção prévia e necessária à repavimentação. Ainda sobre esta temática o senhor Presidente esclareceu que para financiar esta obra não prevista em orçamento (avaliada em 25.000 Euros) foi necessário realocar verbas de outro projeto orçamentado, que em função disso teria de ficar sem execução, e que a previsão é a de que a repavimentação seja feita ainda em maio de 2026, se as condições

climatéricas o permitirem, apesar dos constrangimentos causados aos moradores e na circulação para o pólo escolar da Eprami, mas focando que tais obras e a repavimentação são, de facto, essenciais e urgentes. Informou que foram estudadas alternativas para o acesso dos alunos à escola, em conjunto com a senhora Diretora, incluindo o uso de autocarro por um percurso alternativo ou um trajeto a pé até à Praça Amadeu Abílio Lopes

Acerca da questão colocada sobre a “Rotunda do Coca”, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o estudo de viabilidade da rotunda, encomendado à empresa Engimind, foi concluído e enviado à Infraestruturas de Portugal (IP). Informou que um auditor, cuja existência é uma imposição comunitária, analisou o estudo e levantou alguns impedimentos que precisam agora de ser resolvidos junto da empresa que elaborou o projeto, para que o processo possa avançar. Mencionou, ainda, a realização de uma reunião recente com a engenheira Luísa Cordeiro, Diretora da Delegação Regional da I.P., que se havia deslocado aos Paços do Concelho para se despedir, uma vez que irá abraçar um novo projeto profissional, tendo apresentado como seu sucessor o senhor engenheiro Hélder Moura, reunião essa na qual este assunto, da rotunda, também havia sido abordado.

Sobre as críticas à programação musical da FAF, apontadas pela senhora Vereadora Fátima Pereira, refutou-as, tendo afirmado que o evento foi sumamente elogiado por 98% das pessoas que são despojadas de partidarismos políticos, chamando a atenção da senhora Vereadora para o facto de estar a destoar da questão posta, que era a dos custos absolutos com a edição deste ano, o que nada tinha a ver com os concretos nomes da programação musical. Argumentou que a preocupação principal do Executivo em funções foi criar um programa musical e cultural transversal, que agradasse a todos os públicos, como a Banda Filarmónica, a Fanfarras dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, os tocadores de concertina, a Tuna Académica, os Ranchos Folclóricos e os DJ,s. Desafiou a senhora Vereadora a dizer de qual dos intervenientes da programação escolhida ela desistiria, e a crítica sobre a falta de um “nome sonante”, afirmando que trazer grupos de maior renome exigiria um orçamento muito superior, e que ninguém, entre as mais de 150 pessoas com quem falou, se queixou da ausência de um nome sonante do mundo da música. Enfatizou o sucesso público da edição atual, destacando que nunca se viu tanta gente na tenda da festa, em qualquer um dos três dias em que decorreu, tenda essa que foi aumentada em quase 20 metros de comprimento, nem mesmo no domingo à tarde, em muito superando edições anteriores.

Relativamente à crítica deixada pela senhora Vereadora Fátima Pereira sobre a ausência de pronúncia, por parte do senhor Primeiro-Ministro, sobre a ligação de Melgaço à autoestrada A3 ou à A28, referiu que o mesmo não veio a Melgaço em campanha eleitoral, para prometer obras, acrescentando que ele, enquanto Presidente da Câmara, abordou a questão da necessidade de melhoria dos acessos rodoviários, e, bem assim, que tem sido desenvolvidas conversas sobre esta questão, o que não deixará de continuar a fazer.

Na sequência desta intervenção do senhor Presidente, pediu, de novo, a palavra a senhora

Vereadora Fátima Pereira, que argumentou dizendo que a análise de custos da FAF deve ser contextualizada, explicando que uma programação com artistas de maior renome, como Pedro Abrunhosa ou Toy, naturalmente eleva as despesas, mas também atrai mais público. Afirmou o seu grande apreço pela FAF, mencionando a sua presença constante no evento e o orgulho que sente, especialmente pelas atuações de talentos locais como os DJs da terra, a Fanfarrinha dos Bombeiros Voluntários de Melgaço e o Rancho Folclórico onde a sua filha participa. Esclarece que a sua dúvida inicial sobre os custos não era uma crítica à qualidade da programação deste ano, mas um ponto sobre a metodologia de comparação. Disse que a despesa total da festa, incluindo a agenda cultural, é o que deve ser comparado, e não apenas custos de estrutura. Referiu que nomes como o do artista Toy, no ano anterior, encheram completamente o espaço do evento, demonstrando que o investimento em artistas de maior projeção tem um retorno em termos de afluência de público. Concluiu que a diferença de custos (mencionando valores hipotéticos de 30 a 50 mil euros) pode ser largamente explicada pelas escolhas na programação cultural e não apenas por outros fatores como a logística da tenda.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que a senhora Vereadora Fátima Pereira havia dito, repetidamente, que não acreditava que se iria gastar menos dinheiro na edição do corrente ano da FAF do que aquele que se gastou no ano passado, e que essa é que era a questão, e não a dos intervenientes musicais. A isto a senhora Vereadora Fátima Pereira retorquiu dizendo que quando se está a falar da festa deve-se apurar quanto é que ela custou, como um todo.

Sobre este "desalinhamento" na definição do que constitui o "custo total da festa" para efeitos de comparação entre anos, o senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que, ao falar da "festa", se referia à sua totalidade (estrutura, logística, programação cultural, etc.) e não apenas a elementos específicos como a tenda, tendo confirmado que os números de custos que apresentou anteriormente se referem, de facto, à festa no seu todo.

De novo no uso da palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira defendeu que a festa deve ter uma oferta variada para agradar a todos os públicos, tendo relatado o *feedback* de uma excursão de pessoas de Guimarães, que visita o evento anualmente, cujos membros sentiram a falta de um "artista para chamar mais gente" na programação deste ano.

O senhor Presidente da Câmara Municipal contrapôs, dizendo que trazer um grande nome atrai muitas pessoas, as quais tendem a ir embora logo após a atuação do artista, não permanecendo no evento, nem gerando economia. Referiu que a tenda esteve cheia nos três dias do evento, não tendo, por isso, a ausência de um artista de renome influenciado a afluência de pessoas ao mesmo.

Feita esta observação, a senhora Vereadora Fátima Pereira discordou da percepção de que o



evento esteve tão cheio como habitualmente e reagiu veementemente à sugestão de que ficaria feliz com o fracasso da festa, declarando que o evento é um "ex-líbris de Melgaço" e um património de todos, construído ao longo de 31 anos, transcendendo partidos políticos (PSD ou PS). Esclareceu que a sua discussão sobre os custos foi uma resposta direta aos números apresentados pelo senhor Presidente, com o objetivo de explicar a sua incredulidade inicial, atribuindo a redução de custos às escolhas da programação cultural, e não uma crítica às opções tomadas. Reiterou a sua participação ativa e o facto de ter desfrutado da festa e considerou a tenda espaçosa e bem-sucedida, destacando o crescimento contínuo do evento ao longo dos anos.

Relativamente à crítica sobre o facto de o senhor Primeiro-Ministro não ter falado na ligação à autoestrada A3 ou à A28, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que o governo anterior, do Partido Socialista, durante nove anos de maioria absoluta, e beneficiando de uma conjuntura económica muitíssimo favorável, não concretizou a obra, apesar das promessas nesse sentido feitas e de uma tentativa dos deputados do PSD de a inscreverem no orçamento, na especialidade. Afirmou que o atual Primeiro-Ministro não podia pura e simplesmente prometer a execução da obra, durante uma visita à festa, pois tais processos requerem articulação com os Ministros do Governo, assim como planeamento, não funcionando por impulso.

A senhora Vereadora Fátima Pereira contrapôs, referindo que não é pelo facto de o Governo anterior ter sido PS que íamos conseguir a ligação, que não é assim que funciona. Voltou a enfatizar a necessidade de insistência contínua por parte de todos os executivos, independentemente do partido, no governo central. Afirmou que os bons acessos são cruciais para o desenvolvimento industrial da região e elogiou o senhor Presidente da Câmara Municipal por ter destacado a zona empresarial no seu discurso de abertura da FAF, como nunca o tinha ouvido antes. Ofereceu a colaboração da sua bancada para trabalhar em conjunto na reivindicação desta obra, sublinhando que o sucesso beneficiará todo o concelho.

Relativamente aos desafios e aos passos realistas para a concretização desta ligação rodoviária, o senhor Presidente da Câmara Municipal argumentou que a necessidade desta via não se limita à zona empresarial, sendo fundamental para o acesso a serviços de saúde e para a mobilidade dos estudantes. Disse que o principal estrangulamento de trânsito atual se localiza no trajeto até Monção, problema que se agravará com a dinamização da nova zona empresarial de Monção, cuja inauguração ocorrerá no dia 18 de maio de 2026, com a presença do senhor Primeiro-Ministro. Esclareceu que o processo para a construção da estrada requer etapas definidas: primeiro a elaboração do projeto (que ainda não está feito), e depois a sua inscrição no plano de atividades do governo, essencial enquanto garante da sua eventual execução. Apresentou a sua perspetiva realista de que a obra, quando avançar, será executada de forma faseada, devido às múltiplas solicitações a nível nacional, aos recursos financeiros limitados e ao uso criterioso dos fundos públicos, referindo que o dinheiro pertence aos contribuintes e o governo deve gerir as muitas e legítimas exigências financeiras de forma responsável.



Posto isto, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador José Adriano Lima, que começou por saudar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, os técnicos do Município, o público que se encontrava presente na sala e o que assistia à transmissão *online* da reunião.

Disse, seguidamente, que não tem qualquer problema em que o senhor Presidente fale sobre dívidas municipais, não pode é só falar sobre dívidas, e apelou a que o foco principal seja colocado nas questões do presente e do futuro do Município.

Mencionou que a Festa do Alvarinho e do Fumeiro já foi extensivamente abordada e que a sua análise não se focará nos pormenores, mas sim, numa abordagem mais geral. Assim, felicitou todos os expositores, participantes e colaboradores que tornaram possível a 32ª edição do evento, que, há 31 anos, celebra os produtos locais de Melgaço (vinho alvarinho, fumeiro, queijo, compotas, mel). Sublinhou que, por se tratar do uso de dinheiros públicos, a gestão do evento deve ser criteriosa e não servir para satisfazer desejos pessoais. Declarou não ter qualquer interesse pessoal no fracasso do evento, pois o seu sucesso deste será o sucesso de Melgaço.

Isto posto, apresentou uma estrutura de avaliação do impacto económico do evento em três níveis: o impacto direto dentro do recinto, onde os negócios são gerados pelos produtores e expositores na tenda do evento; o impacto direto fora do recinto, onde é gerada a procura no comércio local, como alojamento, restauração e pastelarias, e, por fim, o impacto indireto (diferido no tempo), que se traduz no potencial de os visitantes regressarem ao concelho em outras ocasiões, dinamizando a economia a longo prazo. Afirmou, neste âmbito, que, na sua opinião, o Município "perdeu em toda a linha" no que diz respeito ao impacto indireto e ao impacto direto fora do recinto do evento e que existe o receio de que esta tendência negativa se agrave com o passar dos anos. Sugeriu que a fase de avaliação do evento, que normalmente inclui uma reunião com os produtores, seja alargada para incluir também os comerciantes em geral. Argumentou que eventos como este funcionavam como um "balão de oxigénio" para muitos comerciantes, mas que a edição deste ano não parece ter gerado, para eles, a economia esperada. Apelou ao senhor Presidente para que ouça os comerciantes, mesmo reconhecendo a dificuldade em trazê-los à Câmara Municipal e a sua relutância em expressar abertamente as suas opiniões.

Após concluir a sua intervenção sobre a FAF, o senhor Vereador José Adriano Lima abordou o tema do Passeio Sénior. Sobre este assunto, referiu que o evento ocorre habitualmente no mês de maio, embora já tenha acontecido noutras datas, e perguntou ao senhor Presidente se já existe algum plano delineado para a realização do passeio deste ano.

Em resposta ao tema das dívidas, o senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que o ativo do município, que os senhores Vereadores da oposição sempre faziam questão e trazer à



colação, avaliado em cerca de 116 milhões de euros, é composto por património que gera encargos e não rendimentos (edifícios, estradas, redes infraestruturais de abastecimento), tendo questionado se a solução seria vender esses ativos para pagar dívidas.

Sobre a FAF o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou ter um *feedback* positivo por parte de quem trabalha em bares, cafés e restaurantes, não tendo recebido queixas sobre o fim de semana do evento no comércio local. Contestou a afirmação do senhor Vereador José Adriano Lima de que se "perdeu na segunda e terceira linha" do impacto económico, dizendo que parece que não estão a falar ou viver no mesmo concelho, pedindo uma concretização de quem perdeu e como. Confirmou que ouvir os comerciantes é uma preocupação e é para fazer, mencionando que já foram com eles realizadas uma ou duas reuniões, participadas, noutras ocasiões, e que o seu contributo é essencial. Pediu ao senhor Vereador José Adriano Lima que especificasse a que tipo de comerciantes se referia, dando nota que alguns estabelecimentos comerciais estiveram fechados durante o fim de semana do evento. A esta questão não obteve uma resposta específica por parte do senhor Vereador José Adriano Lima, que disse tratar-se de todo o tipo de comerciantes e sugeriu que fossem todos convidados.

Sobre a questão do Passeio Sénior, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Município não dispõe, atualmente, dos 70 a 80 mil euros gastos no ano anterior para um passeio de maior duração, comunicando que, apesar disso, o mesmo será realizado, mas com um caderno de encargos substancialmente inferior, devido às restrições de tesouraria. Referiu que o tema está a ser trabalhado e que a data ainda não está definida, pois depende da disponibilidade do estabelecimento escolhido para vir a receber os seniores.

Tendo solicitado de novo a palavra, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que contrapôs a desvalorização dos ativos feita pelo senhor Presidente, usando o exemplo do complexo desportivo que, sendo um ativo, foi essencial para a realização da FAF. Reiterou que a sugestão para o senhor Presidente se reunir com os comerciantes tem uma base de sustentação e é um contributo construtivo da oposição. Esclareceu que a preocupação com o impacto económico se aplica a todos os tipos de comerciantes fora do recinto do evento. Insistiu que cabe ao senhor Presidente, se assim o entender, dialogar com o setor, perceber a realidade e tomar decisões informadas com base nesse *feedback*.

Sobre as alegadas perdas económicas fora da tenda principal do evento e perdas no impacto indireto e diferido, trazidas à discussão pelo senhor Vereador José Adriano Lima, o senhor Presidente da Câmara Municipal contestou esta afirmação, pedindo dados concretos e responsabilidade política, em vez de afirmações baseadas em percepções pessoais.



Neste seguimento, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal questionou o senhor Vereador José Adriano Lima, no sentido de saber se a afirmação de perdas a que fez referência, incluía os comerciantes que fecharam no sábado, ao que este Vereador afirmou que se referiu a todos os comerciantes.

A este respeito, a senhora Vereadora Fátima Pereira apresentou um exemplo concreto de um restaurante de uma pessoa próxima da família que serviu apenas 21 pessoas no sábado à noite durante a festa.

Em contrapartida, o senhor Vice-Presidente mencionou ter informação de outro restaurante que serviu 172 refeições, sugerindo que a concorrência é saudável e os resultados variam. Posto isto perguntou se os senhores Vereadores do PS defendem o retorno da FAF ao local original.

Pronunciou-se a senhora Vereadora Fátima Pereira, explicando que a oposição não tem maioria para reverter decisões, mas recordou que o senhor Presidente da Câmara Municipal havia prometido dinamizar a vila com atividades paralelas para mitigar o impacto da deslocalização. Por outro lado, referiu que o trajeto pela Vila para chegar ao evento foi benéfico, que não houve congestionamentos e que o estacionamento no novo local foi adequado. Indicou que a sexta-feira (feriado em Espanha e dia de feira semanal) foi um dia de negócio bem-sucedido para todos e que o negócio no sábado e no domingo não foi tão bom. Disse que a vila necessitava de maior dinamização e sugeriu que na próxima edição se trabalhem os dois locais (a tenda do evento e a vila) para que ambos estejam dinamizados, potenciando os aspetos positivos e mitigando os negativos.

Relativamente à dinamização do comércio na vila o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que os comerciantes foram convidados a associar-se a iniciativas de promoção, mormente dos produtos locais, mas que a adesão foi baixa (sendo certo que cerca de 85% não responderam positivamente), sublinhando que o Município não pode forçar a participação do setor privado nestas iniciativas e que cada empresário tem de fazer o seu próprio caminho, elencando exemplos positivos de comerciantes que aderiram ao repto que lhes foi lançado.

Argumentou, por outro lado, que a deslocalização da festa permitiu a realização da feira semanal no seu local habitual (Campo da Feira), o que atraiu uma afluência recorde de pessoas, gerando economia local adicionalmente ao evento principal. Disse não saber como foi possível alguns restaurantes terem tido prejuízo ou não terem tido procura, quando outros, na vila e em freguesias como Penso, Paderne e Castro Laboreiro, estiveram completamente cheios, sugerindo que a falha pode estar nos próprios estabelecimentos que não tiveram sucesso. Disse, ainda, que



o Executivo afirma ter cumprido a sua parte, ao trazer pessoas para o concelho e ao fazer o trânsito circular pela vila, mas não pode obrigar os clientes a escolher um estabelecimento específico em detrimento de outros.

## II – Período Antes da ordem do dia

### Administração Municipal

111. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. 08 de 21-04-2026.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a ata nº 8, de 21 de abril de 2026, foi enviada aos senhores Vereadores e que não foram recebidos contributos, facto pelo qual se manteve a redação àqueles remetida.

Posto isto, colocou o assunto à discussão e, por não se ter pronunciado ninguém, colocou-o à votação.

A Ata n. 08 de 21-04-2026 foi aprovada por unanimidade dos membros do Executivo com direito a voto, não tendo participado na votação o senhor Vereador José Adriano Esteves Lima, por não ter estado presente na reunião a que diz respeito.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

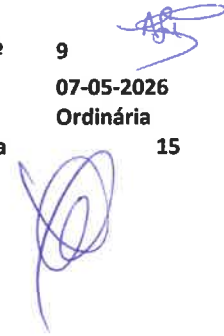
112. Justificação de faltas.

No seguimento do requerimento de justificação de falta por motivos profissionais e pedido de substituição do senhor Vereador José Adriano Esteves Lima, foi deliberado proceder à justificação da falta.

### Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

113. Presente para efeitos de aprovação a isenção de preço de entrada nos museus no Dia Internacional dos Museus, que ficará anexa a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a proposta em causa visa isentar o pagamento de entradas nos museus, no dia 18 de maio de 2026, que é o da celebração do Dia Internacional dos Museus. Referiu que esta



isenção abrange o Espaço Memória e Fronteira, a Torre de Menagem, o Museu de Cinema e o Núcleo Museológico de Castro Laboreiro. Comunicou que a medida, já implementada em anos anteriores, tem como objetivo criar dinâmicas de visitaçã o a estes espaços culturais.

Feita esta apresentação, colocou o assunto à discussão. Não tendo havido intervenções, colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5370 de 28-04-2026 e no uso da competência prevista na alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da isenção de preço de entrada nos museus no Dia Internacional dos Museus.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

114. Presente pedido da Casa do Povo de Melgaço, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 4 332,00€, para as despesas efetuadas com a realização do XXXIV Festival de Folclore do Alto Minho, que se realiza no dia 14 de junho de 2026. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Antes da apresentação do presente assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal listou a extensa agenda cultural (recente e futura) do Município, para refutar acusações de falta de aposta na cultura, mencionando eventos como o aniversário dos Bombeiros, as comemorações do 25 de Abril, a Festa do Alvarinho e do Fumeiro, a Festa da Senhora da Orada, as Caminhadas das Pesqueiras, os tapetes do Corpo de Deus, as Marchas de São João, o Festival de Folclore do Alto Minho, entre outros.

Referiu, depois, que se está perante um pedido da Casa do Povo de Melgaço para a atribuição de um subsídio de 4.332,00 Euros, para apoiar o XXXIV Festival de Folclore do Alto Minho, a realizar-se no dia 14 de junho de 2026. Transmitiu que o evento reunirá 10 grupos de folclore do distrito de Viana do Castelo e terá lugar na Praça da República. Esclareceu que o subsídio se destina a cobrir custos com o lanche oferecido aos grupos, com o aluguer de palco, o som e as fitas comemorativas.

Tendo colocado este assunto à discussão, pronunciou-se a senhora Vereadora Fátima Pereira, que disse que os senhores Vereadores do PS apoiam este financiamento, tendo destacado que estes festivais atraem muito público, e elogiando a escolha do local, embora se tenha manifestado preocupada com a sua capacidade/lotação. Mostrou, igualmente, a sua satisfação pela programação cultural do Município.



O senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou a oportunidade para exortar os comerciantes a manterem os seus estabelecimentos de portas abertas durante o festival, para aproveitarem o fluxo de visitantes.

Pronunciou-se, igualmente, o senhor Vereador José Adriano Lima, que reconheceu a importância dos museus e dos eventos culturais.

Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5371 de 28-04-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 4 332,00€, para as despesas efetuadas com a realização do XXXIV Festival de Folclore do Alto Minho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

115. Presente pedido de "A Batela - Associação Cultural de Alvaredo", a solicitar autorização para realização da IX Concentração de Tratores Agrícolas, que se realiza no dia 10 de maio de 2026, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este evento, organizado pela Associação Cultural de Alvaredo "A Batela", está agendado para o dia 10 de maio de 2026. Informou que o percurso do passeio contará com o seu início em Alvaredo, passará pela Vila de Melgaço e prevê uma paragem no Largo Hermenegildo Solheiro ou no Campo da Feira, dependendo do número de participantes. Referiu que, durante a paragem, ocorrerá uma entrega de lembranças, a bênção dos tratores e um pequeno reforço alimentar, e que, após o passeio, haverá um almoço e animação na sede da Associação, em Alvaredo.

Após esta explanação colocou o assunto à discussão, e, não se tendo pronunciado ninguém sobre o mesmo, colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5444 de 29-04-2026 e ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005 de 24 de março, autorizar a IX Concentração de Tratores Agrícolas, que se realiza no dia 10 de maio de 2026

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

## Divisão de Obras e Serviços Urbanos

116. Presente pedido da Junta de Freguesia de Alvaredo, a solicitar a atribuição de tarifário social não doméstico e a isenção de pagamento da fatura no valor de 259,90€ referente a um ramal de água, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o pedido em análise se refere a um ramal de abastecimento de água para um fontanário público. Informou que a fatura em questão tem o valor de 259,90 Euros. Comunicou que a atribuição de um contrato especial com uma tarifa reduzida em 25% para o ramal, já executado, está prevista no artigo 50º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água, o qual prevê, igualmente, a possibilidade de isenção do pagamento do ramal.

Após esta explanação, colocou o assunto à discussão, e, não tendo havido qualquer intervenção, colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5148 de 22-04-2026 e de acordo com o disposto do n.º 2, do artigo 50.º do Regulamento Municipal de Serviço de Abastecimento Público de Água n.º 1196/2023 e do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, na sua redação atual, a atribuição de tarifário social não doméstico e a isenção de pagamento da fatura no valor de 259,90€ referente a um ramal de água.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

## Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

117. Presente requerimento de Gabriel Gonçalves, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 869, da União de Freguesias de Vila e Roussas - Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou que o pedido em causa foi apresentado por Gabriel Gonçalves, para o prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 869º, da União de Freguesias de Vila e Roussas, do concelho de Melgaço, com autorização do proprietário André Juliano Alves. Referiu



que o parecer técnico do Engenheiro Alexandre Domingues foi favorável ao deferimento do pedido de destaque. Explicou que a operação de destaque, que pode ser realizada uma vez a cada 10 anos, em prédios rústicos sem operação de loteamento, dará origem a dois prédios com inscrição matricial distinta. Referenciou que o técnico do Município identificou uma divergência nas áreas a ceder ao domínio público, entre o levantamento topográfico (127,66 m<sup>2</sup>) e o alvará de construção (121,95 m<sup>2</sup>), tendo, conseqüentemente, colocado a condição de o requerente proceder, posteriormente, à clarificação/retificação das áreas de cedência ao domínio público, apresentando o respetivo documento da Conservatória do Registo Predial.

Após esta apresentação, colocou o assunto à discussão. Não tendo havido intervenções colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 95413 de 29-04-2026 e no uso da competência prevista no n. 94, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n. 9555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a emissão de certidão de destaque de parcela inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n. 9869, da União de Freguesias de Vila e Roussas – Melgaço.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

## Divisão de Gestão Municipal

118. Presente para efeitos de aprovação o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal frisou que a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Melgaço visa acomodar mudanças estruturais previamente aprovadas na reunião da Câmara de 21 de abril de 2026 e na sessão da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2026. Referiu que as principais alterações são a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias, a transição do Departamento de Informática para a superintendência da Modernização Administrativa, coordenada pela Dra. Elsa, a transferência do Serviço de Veterinária para a Divisão de Desenvolvimento Económico, e a extinção da Divisão de Educação e Ação Social, uma unidade que foi criada há cerca de seis anos, mas nunca ocupada.

Após esta exposição, colocou o assunto à discussão, tendo-se pronunciado o senhor Vereador José Adriano Lima, que perguntou se esta alteração implicava um aumento de despesa. O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que a alteração



orgânica não implica o aumento de despesa, mas sim uma possível diminuição, devido à extinção de uma unidade orgânica. Confirmou, por outro lado, que não há contratação de novo pessoal, exceto para substituição de funcionários ausentes.

Após estas intervenções o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 5469 de 30-04-2026 e no uso da competência conferida pela alínea a), do artigo 7.º e artigo 8.º do Decreto-Lei n. 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a alínea k) do n. 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Melgaço.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

### III – Período da Intervenção do Público:

Chegados a este ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou se algum membro do público presente ou do público que se encontrava a assistir à transmissão *online* da reunião queria colocar alguma questão.

Pediu, conseqüentemente, a palavra, o senhor Philippe Marques, que se encontrava a assistir à transmissão à distância da reunião, tendo começado por cumprimentar todos os presentes e tendo, seguidamente, colocado a questão de saber se, numa próxima edição da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, se poderia convidar a participar os produtores de Alvarinho do concelho vizinho de Arbo.

A esta questão respondeu o senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou que as normas de participação que estão aprovadas não o permitem, e que, pese embora o Município de Melgaço tenha todo o interesse em colaborar com os concelhos vizinhos do outro lado do Rio Minho, a verdade é que esta colaboração não passaria pela Festa do Alvarinho e do Fumeiro, por várias razões, mormente pelo facto de esta solução poder vir a



não ser bem acolhida pelos produtores e expositores melgacenses, que teriam mais concorrência e menos vendas e lucros com a possível presença de expositores da vizinha Galiza, assim como pelo facto de as dimensões da tenda não permitirem acomodar mais produtores/expositores. Por fim, referiu que considera a ideia de um evento transfronteiriço interessante e a ser estudada futuramente, mas indicou que tal só seria possível após a formalização da Eurocidade do Minho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou, de seguida, a palavra ao senhor Gabriel Gonçalves, que, encontrando-se igualmente a assistir à transmissão *online* da reunião, pediu para intervir. Este interveniente começou por cumprimentar todos os presentes e por agradecer e parabenizar a transmissão *online* das reuniões da Câmara Municipal. Seguidamente descreveu o troço da Rua da Oliveira, desde o Centro de Saúde até ao caminho para o Louridal, como "completamente intransitável para viaturas e difícil para peões". Disse que a rua é utilizada por moradores e transeuntes para caminhadas e que a zona está a receber novos investimentos em reabilitação e alojamento local, o que aumenta a preocupação com a imagem da vila. Perguntou, por conseguinte, se existe algum plano e alguma calendarização para estas obras.

Na sequência desta pergunta, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que existiu um projeto candidatado a fundos comunitários para a reabilitação da via, o qual foi cancelado, devido a um corte transversal de 10,6% nas verbas do Objetivo Específico 5.1. Reconheceu que, embora se trata de um caminho cuja natureza já foi discutida, se público ou antes particular, e que apesar de não haver verbas para uma requalificação completa, os serviços técnicos poderão avaliar a situação para encontrar soluções que tornem o local transitável, e estarão atentos, no sentido de propor possíveis medidas de conservação e de manutenção da via.


A este propósito, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que ainda na semana anterior lá estivera com o Técnico Edgar Rodrigues, do Gabinete de Apoio às Freguesias, para fazer uma avaliação, tendo reforçado que o assunto já está a ser tratado com os serviços técnicos para corrigir algumas situações.

Findas estas intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a participação destes munícipes e deu a reunião por finda, desejando, a todos, a continuação de uma boa tarde.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.14 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ava Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



---

José Albano Esteves Domingues

